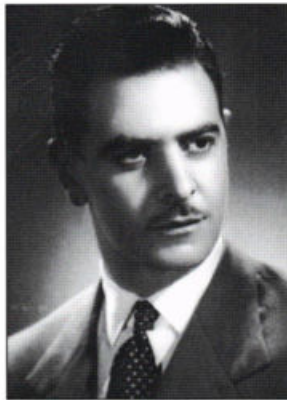


O livreiro Victor de Sá

1. As apreensões de livros

Henrique Barreto Nunes



Em Victor de Sá (1921/2004), ainda estudante no Liceu Nacional de Braga, desde muito cedo se manifestou, a par da incomodidade e do desejo de intervir culturalmente, um acentuado gosto pelos livros, pela leitura e pela escrita, expresso já em artigos publicados no “Correio do Minho” desde 1937 e na tentativa de criação de uma biblioteca de empréstimo naquele liceu, de imediato boicotada pelo seu reitor.

Contrariando a vontade dos pais e inquieto quanto ao seu papel numa sociedade que já então se lhe afigurava extremamente injusta, no final do curso secundário abandonou os estudos e foi para a escola da vida: *gostava de livros, quis ser livreiro* (SÁ, 1989:27) empregando-se logo a seguir, como caixeiro, na livraria Gualdino, localizada na Rua do Souto, em Braga.

Estávamos em 1941. No ano seguinte lançou-se na magnífica e generosa aventura que foi a criação da Biblioteca Móvel (SÁ, 1954). Dois anos depois mudou-se para a conceituada Livraria Cruz, na Rua D. Diogo de Sousa, tendo-se entretanto inscrito na delegação bracarense do Sindicato Nacional de Caixeiros, do qual rapidamente se tornou presidente (SÁ, 1991:17)

Procurava animar a vida sindical, pois já tinha tido os primeiros contactos clandestinos com o Partido Comunista Português, promovendo várias actividades culturais, inquéritos, etc., que, numa cidade extremamente reacçãoária e controlada pelos próceres do Estado Novo e da Igreja Católica, logo atraíram sobre si as atenções, de início por intermédio do Instituto Nacional do Trabalho.

Depois de ter reclamado numa situação relacionada com o direito ao descanso semanal, que não encontrou a solidariedade necessária entre os da sua classe, acabou por se demitir, já que os boatos e calúnias que foram postos a correr a seu respeito a tal o obrigaram (SÁ, 2001:19).

Isto passa-se em 1945, no final da 2.^a Guerra, numa cidade que, segundo E. Wernert, vice-consul da França no Porto, era profundamente hostil aos Aliados e aos ideais da Democracia, sobretudo mercê do papel do clero católico, ignorante e fanático, que contava com o apoio das autoridades (Governo Civil), da Legião Portuguesa e da imprensa afecta ao Regime ("Correio do Minho"), não escondendo a sua simpatia pela Alemanha nazi. Por isso mesmo, escreveria Wernert, era necessária *une campagne de désintoxication pour ouvrir les yeux des clerics portugais* (WERNERT, 2001:577).

Como é evidente, vivendo em tal ambiente e professando publicamente ideias contrárias ao regime salazarista, suspeito de ligações ao Partido Comunista, expressas na participação nas actividades do MUD, não se tornava fácil a vida ao jovem Victor de Sá.

Mesmo assim arriscou a criação de uma livraria, aproveitando o estado de falência da Papelaria Pereira, situada na Rua dos Capelistas.

Com algumas dificuldades conseguiu os meios necessários para ocupar aquele espaço e, *em princípios de Maio [de 1947] comecei a trabalhar no duro para a criação da Livraria Victor, que desejava abrir em 10 de Junho. As mercadorias*

iam entrando à medida que as obras avançavam. Eu era bem conhecido e estimado pelos viajantes, os fornecedores abriam-me créditos à confiança, as obras começavam às 8 horas e eu já estava a abrir a porta (SÁ, 2001:27).

Só que, a 2 de Junho, V. Sá é detido, é conduzido às instalações da PIDE no Porto, onde sem saber bem porquê, sem culpa formada, permanece até Julho, ao lado de Francisco Salgado Zenha, Armando Bacelar, do músico José Bacelar e de outros jovens oposicionistas bracarenses.

Quando é posto, sem explicações, em liberdade, retoma de imediato o trabalho e consegue finalmente abrir a Livraria Victor, no dia 13 de Julho de 1947.

Os dois diários bracarenses noticiaram o acontecimento, embora não refiram o nome do proprietário. O "Correio do Minho" de 13 de Julho informa que a livraria *tem à sua frente uma pessoa de competência profissional já largamente demonstrada e muito conhecida no nosso meio*, enquanto que no "Diário do Minho" (14 Jul.), que corrobora esta afirmação, se refere também *um arranjo arquitectónico muito interessante e original* da autoria de José Virgílio Soares Barbosa.

Mais tarde veio a saber que a sua inopinada prisão se ficou a dever a pressões junto do Governo Civil de um influente sacerdote (depois cónego) bracarense, que falava dos riscos que corria a juventude devido àqueles que faziam *propaganda cultural, que é muito perigosa, e através de livros pervertem a juventude. Havia um tal que vai abrir uma livraria, até aqui trabalhava numa casa de plena confiança, mas agora...* (SÁ, 2001:29). Daí certamente o motivo da primeira das sete prisões de V. Sá, que deveria funcionar como um aviso.

Mas a sua actividade comercial não iria ser facilitada. Num país manietado e amordaçado, sob permanente vigilância, a livre circulação das ideias, da informação e consequentemente o acesso ao livro eram fortemente condicionados (MADEIRA, 2007).

Não bastava o papel da Censura para controlar o que se publicava em Portugal ou o que vinha do estrangeiro. Havia sempre maneiras de furar o cerco, bem como existiam livros que, não estando previamente sujeitos ao lápis dos coronéis, depois se podiam revelar potencialmente perigosos, os quais era necessário eliminar.

Se as bibliotecas eram mais facilmente controladas, o mesmo já não se passava com as livrarias, por isso utilizavam-se outros processos.

A Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo publicou em 1981 um volume sobre os "Livros proibidos no regime fascista" constituído por uma extensa relação de 3300 títulos de obras cuja circulação, cuja leitura esteve proibida em Portugal durante o regime de Salazar/Caetano, de acordo com as instruções que os editores e livreiros recebiam da Direcção dos Serviços de Censura ou da Direcção Geral de Informação. É um documento impressionante, mesmo que incompleto, que prova à sociedade como o regime derrubado em 1974 foi repressivo, obscurantista e anti-cultural (COMISSÃO, 1981).

Para dar execução a tais directivas, a polícia e as brigadas da PIDE faziam constantes visitas às livrarias mais conotadas com a Oposição, quer apresentando listas de obras proibidas e que portanto deviam ser de imediato apreendidas, quer, utilizando os seus poderes descricionários, rebuscando estantes e armazéns à procura de livros e outras publicações por eles consideradas subversivas.

Apesar do carácter intimidatório de tais incursões, que naturalmente causavam grandes prejuízos à actividade comercial, existiam largos focos de resistência espalhados por todo o país centrados nestas livrarias.

Uma reportagem publicada no jornal "Público" em 1994 dá conta desses anos de repressão cultural, em que muitas vezes os livros eram vendidos "por debaixo do balcão"¹, com os riscos inerentes, focando o caso da Livraria Victor: *a norte do Porto raras eram também as cidades que não possuíam uma ou outra livraria conotada como a oposição ao regime. A do historiador Victor de Sá, em Braga – a Livraria Victor, na rua dos Capelistas, cuja antiga sede foi sacrificada a interesses imobiliários – terá sido porventura a que atingiu maior notoriedade. Era nesta livraria, cenário de tertúlias conspirativas, que os bracarenses encontravam os livros que as outras receavam expor* (BARATA, 1994:2).

Não admira portanto que esta livraria, também denominada Centro Cultural do Minho, tivesse sido objecto de constantes devassas e denúncias. Infelizmente o seu arquivo não se conservou, pelo que não é possível documentar essas situações.

Relativamente àquele segundo aspecto encontramos num dos referidos Livros Negros a reprodução de um ofício datado de Abril de 1970 dirigido pelo Governador Civil de Braga, António M. Santos da Cunha, ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior que diz: *para os fins que V.Ex. achar por convenientes tenho a honra de informar que a Livraria Victor, desta cidade, propriedade do conhecido agitador Dr. Victor de Sá, tem tido à venda três obras de propaganda de doutrina considerada subversiva que grande repercussão e mal têm causado entre o público, sobretudo entre o clero. As obras a que nos referimos possuem os seguintes títulos: "De Humberto Delgado a Marcelo Caetano", "Queremos ser livres" e "Padre Camilo Torres", sacerdote assassinado na Argentina (COMISSÃO, 1980: 236).*

Para ilustrar como se processavam as visitas dos agentes policiais às livrarias reproduz-se seguidamente um documento pertencente ao espólio do Doutor Victor de Sá depositado na Biblioteca Pública de Braga.

São 4 folhas descuidadamente manuscritas em papel costaneira, certamente rascunho incompleto, não datado, de uma carta dirigida por V. Sá a um destinatário (M. c. A.) impossível de identificar, que se encontravam soltas numa pasta recentemente entregue pelos seus filhos à BPB, relacionada com a gorada tentativa de transformar a Livraria Victor numa editora. Sobre este processo que se desenrolou em 1954 oportunamente me debruçarei, pois também merece ser divulgado pelos contornos kafkianos que apresenta.

Esta carta, na sua aparente singeleza e ironia, é bem exemplificativa do clima repressivo em que nessa longa noite de pedra se vivia, de algumas das agruras que Victor de Sá e outros democratas tiveram que suportar, da angústia dos intelectuais, de qualquer cidadão a quem era negado o simples direito de ler o que lhe aprouvesse.

M. c. A.

Mais uma vez, o zeloso funcionário apareceu, com aquele mau jeito que tomam as pessoas de mal fingida amabilidade. Lá vinha com a interminável lista de títulos, em português uns, muitos em francês, bastantes já em inglês. Títulos de livros, de revistas, de magazines, de literatura preciosa e também lit[eratura] de cordel, tudo caiu à rede e vinha para ser pescado. É a visita já quase familiar do agente da polícia que vem para apreensão de livros proibidos, de mais livros proibidos. E como em português já quase nada se publica, além do “Jovem piedoso” e do “Mês de Maria”, a repressão recai agora sobre aquela magra literatura estrangeira que consegue escapar às malhas sempre cada vez mais apertadas das alfândegas e dos correios.

Esta repressão já tem tradições entre nós, desde os tempos em que Hitler parecia assustar o mundo com as suas fanfarronadas. Em 1945-46, porém, quase não houve repressão aos livros: esteve por um triz a segurança de toda a estrutura política, e havia então alguma coisa de mais sagrado a salvar: os lugares chorudos de todos os magnates que tinham jogado na cartada nazi. Não podiam então ataca-los a tudo, e a profissão de livreiro exerceu-se com gosto e proveito – os clientes até já estavam quase saturados de tanta variedade de títulos sedutores. Mas de 1947 em diante, voltou a repressão em grande estilo: primeiro, uma ou outra edição portuguesa mais atrevida – um “Arco Íris”² (Prémio Staline), uma “Cultura Popular”³ de Ferreira de Macedo, etc. Depois, num ritmo cada vez mais acelerado, incidiu a repressão sobre a rica literatura brasileira, que nessa época quase inundava os escaparates das livrarias. E os compradores retardatários começaram a sentir saudades dos tempos em que lhes parecia que era literatura de mais a que cá chegava: o estômago e o cérebro nacionais vivem tão enfezadinhos, que um pouco de alimento mais sadio logo enfarta e dá congestão. É uma das nossas virtudes ancestrais: a sobriedade a roçar pela cretinice.

Desde 48 e 49 deixou praticamente de se encontrar em Portugal quaisquer vestígios de literatura brasileira referente aos problemas da actualidade.

E o Pina Manique reapareceu para enfrentar a literatura francesa. Já há muito que não chegavam cá os “Tems Nouveaux”, “La Pensée”, “Europa” e outras publicações que nos falavam dos homens de todas as latitudes do planeta. Mas agora a repressão tornou-se mais sistemática: deixaram de vir os poetas, as revistas do cinema, da juventude, de artes e letras, – e até as “Femmes Françaises”. Sublinho esta publicação feminina, não por menosprezo ao seu conteúdo, que era de sadia e

Mais uma vez, o zeloso funcionário aparece, com
 apêlo para não se fazerem os livros de uma fúrida
 liberdade. Lá vinha com a interminável lista de títulos,
 em português, mas, muitos em francês, bastante em
 inglês. Títulos de livros, de revistas, de magazines, de
 literatura preciosa ^{inestimável} e de cordel, tudo caiu à rede e
 vinha para ser preso. E a visita foi quase familiar
 do agente de polícia que vem para apresentação de li-
 vros proibidos, de mais, livros proibidos. E como
 em português se quase nada se publica, além do
 "Jovem Pícaro" e do "Mês de Maria", a repressão
 recaí agora sobre apêlo na obra literária estran-
 geira que conseguia escapar às malhas sempre cada
 vez mais apertadas das alfândegas e dos censos.

Esta repressão foi tem tradicional e entre nós, desde
 os tempos em que Hitler parecia assustar o mundo
 com as suas façanhas. Em 1945-46, ^{porém} quase
 não houve repressão aos livros: esteve por um tri-
 o a separação de toda a estrutura política, e
 havia então alguma coisa de mais sagrado a
 salvaguardar: os lugares comuns, os tolos e
 magratos, que tinham jogado na cartada Nazi.
 Não podiam então atacar a tudo, e a profissão
 de livreiro exercia-se ~~então~~ com gozo e morbo
 — os clientes até já estavam quase saturados de
 tanta variedade de títulos sedutores. Mas de 1948
 em diante, voltou a repressão em grande
 estilo: primeiro, numa ou outra edição portuguesa
 mais atrevida — um "Arco Iris" (Prémio Stalin)
 uma "Cultura Popular" de Ferreira de Macedo, et.

progressiva orientação, mas porque nunca me posso esquecer do grande sacrifício que fizeram os meus empregados para se não rirem, quando o agente daquele tempo entrou, já meio embriagado, como era das suas respeitosas tradições, e berrou que queria as “Fâmes Françaises” (leia-se como vai escrito). Grande habilidade fez o diligente fiscal do pensamento nacional, porque nem a ler português era forte, quanto mais o francês!

Assim ficaram privadas aquelas elites, cada vez mais reduzidas, que mantinham um ligeiro contacto com o pensamento estrangeiro. Porque, se o francês já só era acessível a poucos (ainda assim, bastantes, para um país de analfabetos), agora nem esse privilégio da língua francesa era respeitado e tudo se cortava pela mesma base rasteira.

A insistência foi tamanha, quer em não deixar entrar no país, quer em apreender nas livrarias o que pudesse ainda existir que cheirasse a pensamento heterodoxo, que quando já não havia mais que apreender em língua portuguesa, espanhola ou francesa (as que têm mais público entre nós) recaiu a atenção dos Pinas na literatura dos graves saxónicos, fazendo retirar da circulação aquela bem pequena variedade de livros em língua inglesa para que se tinham virado os poucos estudiosos portugueses que não pretendiam adormecer à sombra das glórias dos saudosos antepassados.

Os homenzinhos aparecem então por aí com umas listas complicadíssimas de títulos exóticos que já não se atrevem a pronunciar e que nós próprios precisaríamos de dicionário para os traduzir a todos, mas já entram às nossas portas com aquele ar cansado e desiludido do funcionário que está a preencher uma formalidade inútil, porque na realidade batem a todas as livrarias, tabacarias e quiosques e em toda a parte a resposta é monótona e sempre igual – não há nada.

E ainda bem que não há, porque, se houvesse, o “freguês” que vinha em busca dessas publicações é o pior freguês que nos leva a mercadoria: porque leva, não paga e nem nos fica agradecido.

Uns tipos inteligentes – estes polícias dos livros!

Mas porque a visita de hoje me impressionou foi por virem para apreenderem um livro que nem chegou a ser publicado. Veja V. como esta organização se apurou até ao para[doxo?]. Já pretendem apreender livros que nem sequer existiam.

...

Notas

¹ Recordo que foi assim que na Livraria Victor, no início da década de 70, consegui obter "A história me absolverá" de Fidel Castro, diversos Cadernos D. Quixote, edições da Seara Nova e da Afrontamento, entre outros livros que, eufemisticamente, eram considerados *fora do mercado*.

² Trata-se do romance de Wanda Wassilewska, *Arco Íris* (Porto: Depositária Livraria Tavares Martins, 1945). Na capa aparece a seguinte referência: *Romance da ocupação alemã na Rússia* e ainda a menção *Prémio Staline, 1943*, que se repete na folha de rosto. Este título vem referido na lista dos *Livros proibidos no regime fascista* (ver bibliografia).

³ Na bibliografia do autor não aparece este título. Deve tratar-se de *A educação do povo*, editado em Lisboa pela Seara Nova em 1945.

António Augusto Ferreira de Macedo (1887-1959) foi um matemático insigne, um dos fundadores da Universidade Popular Portuguesa e da *Seara Nova*, tendo ainda integrado o "Grupo da Biblioteca Nacional" (1921-1927). O título em causa também está incluído na lista dos *Livros proibidos no regime fascista*, razão certamente pela qual não consta da PORBASE e não se encontra no catálogo da Biblioteca Pública de Braga.

Bibliografia

- BARATA, Clara; QUEIRÓS, Luís Miguel, 1994 – "Os livros da resistência: livrarias no regime fascista". *Público*, Porto, 11 Jun. 1994, sup. Leituras, p. 1-4.
- COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1980 – *A política de informação no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. 2 v.
- 1981 – *Livros proibidos no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- LIVROS, 2005 – *Livros proibidos no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República.
- MADEIRA, João (coord.), 2007 – *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência fascista*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- NUNES, Henrique Barreto, 1992 – "Victor de Sá: Um homem na história" in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, p. 7-19.
- SÁ, Vítor de, 1954 – *O que foi a Biblioteca Móvel*. Braga: V. Sá.
- 1989 – *Fascismo no quotidiano*. Lisboa: Vega.
- 2001 – *Legendas para uma memória*. Braga: Biblioteca Pública.
- WERNERT, E., 2001 – "Braga, ville antifranaise, 1945". *Cadernos do Noroeste: série História*. Braga, 15 (1/2), p. 577-581.